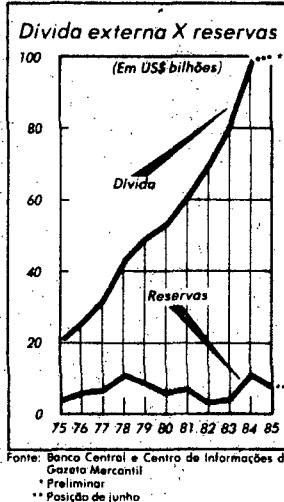


A diferença com os outros países

A linguagem usada nos textos dos programas de monitoração de diferentes países é comum. Uma comparação entre eles revela, no entanto, algumas diferenças. O contrato de monitoração da economia mexicana não prevê, por exemplo, que o governo apresentará o relatório semestral do Fundo aos bancos, como ocorre no caso do Brasil. Da mesma forma, o texto da monitoração do México não define o que é "a maioria dos bancos", um conceito explicado no documento relativo ao Brasil. Segundo mais de uma fonte financeira, ouvida por este jornal, essas diferenças não têm maior relevância, pois, se alguns aspectos da monitoração não constam do documento específico a respeito, eles figuram em outros textos que formam o pacote de contratos de renegociação. "A definição do que constitui a maioria dos bancos não varia para o Brasil ou para o México. O que muda é o lugar onde ela aparece", disse um banqueiro a este jornal. "Obviamente, está escrito, num dos documentos do reescalonamento da dívida

do México, que o país fornecerá cópias dos relatórios do Fundo ao comitê de bancos", acrescentou. A monitoração é, assim, vista pelos credores como um documento-padrão, que se ajusta às características de cada país, sem perder sua estrutura básica.

Existe, contudo, uma diferença significativa entre a monitoração do Brasil, de um lado, e a do México e do Equador, de outro. O documento do México e do Equador têm cláusulas de "events of default", ou "causas de inadimplências". O texto da monitoração do Brasil fala, eufemisticamente, em "events of termination" ("causa de rompimento"). Em contraste com os demais, o documento que estipula o regime de vigilância reforçada da economia venezuelana exibe pelo menos uma vantagem de não se recorrer a um acordo formal: o texto venezuelano é o mais curto de todos e não prevê "events of default". "Com as reservas acumuladas que o país tem, nenhum banco está especialmente preocupado com



Fonte: Banco Central e Centro de Informações da Gazzeta Mercantil
* Preliminar
** Posição de junho

esta eventualidade", diz uma fonte financeira.

A Colômbia também negocou com os bancos um esquema de monitoração. No caso colombiano, contudo, o mecanismo não está vinculado a uma renegociação plurianual da dívida, mas, sim, a uma operação anual de refinanciamento de uma parte dos débi-

tos do país, que inclui cerca de US\$ 200 milhões de dinheiro novo. A monitoração colombiana começou, na verdade, com um empréstimo de ajustamento estrutural com o Banco Mundial e acabou convertendo-se, na expressão de um banqueiro, "num acordo 'stand-by' escamoteado com o Fundo". Fontes financeiras e de organismos internacionais assinalam que a monitoração foi escolhida pelo próprio governo de Bogotá como uma forma de contornar o preço político interno de um acordo formal com o FMI. A Colômbia não enfrenta um problema financeiro tão agudo como seus vizinhos e não tinha, por isso, recorrido ao Fundo. Mas necessitava girar uma parte dos vencimentos de sua dívida de 1985 e 1986 e garantir um pequeno influxo de novos empréstimos. Assim, optou pela monitoração. A solução colombiana contém três claras desvantagens, tanto em relação ao acordo "stand-by" normal quanto em relação ao mecanismo de monitoração aceito pelo México e pela Venezuela. Em contraste com

este, as metas da monitoração colombiana foram negociações com uma missão do Fundo. Além disso, as visitas do FMI à Colômbia serão trimestrais, e não semestrais. Sua principal desvantagem em relação ao acordo "stand-by" é que o esquema aceito pelos colombianos não inclui nenhum desembolso do Fundo. E não inclui simplesmente porque os colombianos não pediram, como deixou claro o diretor gerente do FMI, Jacques de Larosière, no telex que enviou aos credores no dia 14 de junho passado, anunciando sua disposição de submeter o programa de monitoração da economia colombiana à diretoria da instituição. As medidas previstas no programa de monitoração "teriam qualificado a Colômbia à faixa superior dos recursos do Fundo, se o governo tivesse assim solicitado", escreveu Larosière aos banqueiros. Submeter-se à receita do Fundo, sem pedir dinheiro à instituição, foi, assim, uma decisão essencialmente política do governo do presidente Belisário Bitencourt.